

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



UNIDADE! UNIDADE! UNIDADE!

uma exigência das massas democráticas

O MOVIMENTO ELEITORAL DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

ROMPE COM GRANDE FORÇA EM TODO O PAÍS!

«A concorrência da Oposição democrática às «eleições» fascistas para, nessa base, lutar pela liberdade não é uma dádiva do fascismo. É uma conquista efectiva de possibilidades de luta pelos democratas portugueses. O fascismo estaria interessado na concorrência de candidatos inofensivos e colaboracionistas. Não o está na concorrência de uma Oposição democrática, forte, unida, confiante e combativa.

A apresentação de candidatos da Oposição significa deirontar o regime, desmascarar a política fascista, avançar as reivindicações democráticas fundamentais do povo português e insistir em reivindicações imediatas, mesmo limitadas, a começar pela exigência de condições mínimas de seriedade do acto «eleitoral».

(Da Resolução do CC do PCP, de Agosto de 1969, sobre as «eleições»).

Enfrentando as medidas de repressão e intimidação do governo visando impedir a Oposição democrática de se organizar no plano eleitoral, de entre os quais lembramos o servil «parecer» do procurador geral da República sobre a ilegalidade das Comissões Eleitorais, a Oposição democrática rompe como uma grande força organizada em todo o país.

Apotada num forte e amplo

movimento de massas que se alarga a cada momento, a Oposição democrática surge disposta a apresentar candidaturas em quase todos os distritos.

Se o movimento democrático souber continuar a despertar o interesse e a adesão das massas democráticas e do povo, levantando e defendendo os seus interesses, estamos certos que ganhará ainda mais fortes posições,

(continua na 2.ª pág.)

QUE SE ABRAM AS PORTAS DAS CADEIAS!

No momento político que o país atravessa, a luta para que cesse a repressão fascista, é uma das mais importantes tarefas da Oposição democrática e das massas populares, é um dos mais importantes objectivos a alcançar na luta política actual, durante a Campanha «eleitoral».

Não pode falar-se em «desfazer ódios e malquerenças» e da «recíproca tolerância de ideias

enquanto houver homens e mulheres encarcerados, perseguidos, forçados a recorrer à clandestinidade ou à emigração em virtude de lutarem pelos seus ideais políticos.

A verdade, a crua verdade, é que após um ano de demagogia «liberalizante» do governo de Marcelo Caetano, nenhuma medida concreta, significativa, foi tomada no sentido de desmontar

o aparelho repressivo fascista e fazer cessar a repressão.

A Pide mantém a sua sinistra actividade, compartilhando agora a sua acção repressiva contra os democratas com a Polícia Judiciária, como é exemplo a repressão aos estudantes de Coimbra.

Nas cadeias, mantêm-se as restrições e perseguições de toda a ordem que fazem da vida prisional um verdadeiro suplício para os patriotas encarcerados e um constante motivo de angústia para os seus familiares.

Só a acção dos democratas e das massas poderá forçar o governo a abrir as portas das cadeias e libertar patriotas como Pires Jorge, Blanqui Teixeira, Dias Lourenço, Octávio Pato, José Magro, Júlio Martins, José Carlos, João Honrado, Ilídio Esteves, Domingos Abrantes, Veiga de Oliveira, Adelino Pereira da Silva, António Graça, Guilherme de Carvalho, Canais Roche, Ângelo Veloso, Manuel Pedro, Cabral de Matos e tantos outros, nalguns casos, já com as penas cumpridas. Só a acção dos democratas e das massas poderá forçar à libertação da Cadeia de Caxias das valorosas mulheres ali encarceradas há longos anos. Colélia Fernandes, presa pela segunda vez em 1962, tem a pena terminada há 2 anos; Fernando Tomás, já terminou a pena em Fevereiro último e está presa desde 1961; Maria Lourenço Cabecinho, presa em 1964, já terminou a pena há quase 3 anos; Alice Capela e Glória Pires já terminaram a pena há 2 anos. A estes nomes deve juntar-se ainda os das patriotas presas mais recentemente, Maria Rosalina e

(continua na 2.ª pág.)

HO-CHI-MINH

UMA VIDA INTEIRA DE COMBATE CONTRA O IMPERIALISMO



O Partido Comunista Português sente com profundo pesar a morte do camarada Ho-Chi-Minh. Todos os comunistas portugueses e, estamos certos de corresponder à verdade ao afirmar que também a classe operária, os trabalhadores e todas as pessoas progressistas do nosso país, acompanham a dor do povo do Vietnam, ferido no mais fundo de si próprio pela morte do seu grande dirigente.

Os povos de todo o mundo prestam comovida homenagem ao grande revolucionário que aos 79 anos morreu em pleno combate contra o Imperialismo, na continuação da luta que iniciara ainda adolescente, há 60 anos. Nessa altura entrara na luta anticolonialista contra os ocupantes franceses; agora dirigia a batalha de alcance internacional contra a agressão do imperialismo americano ao seu povo, como presidente da República Democrática do Vietnam do Norte que comemorou o 24.º aniversário da fundação na véspera da sua morte.

Entre estes dois polos decorreu a vida do camarada Ho-Chi-Minh, eminente personalidade do movimento comunista internacional e do movimento de libertação nacional, grande patriota e grande internacionalista. Era bem o símbolo da firmeza, do heroísmo do seu povo, que, defendendo a sua pátria, cumpre gloriosamente o seu dever internacionalista e serve de exemplo e encorajamento na luta contra o imperialismo, pela libertação dos povos da exploração e da opressão.

Grande amigo da União Soviética, Ho-Chi-Minh tornou-se militante socialista desde a Revolução de Outubro e viveu alguns anos em Moscovo, onde recebeu uma profunda formação marxista-leninista. Foi em França que Ho-Chi-Minh, aderiu ao partido Socialista e, em 1920, foi um dos fundadores de Partido Comunista Francês.

Como delegado do Komintern teve várias tarefas de responsabilidade no Extremo Oriente e

(continua na 5.ª pág.)

MARCELO CAETANO as «opções» e as «eleições»

Na sua comunicação ao país de 11 de Setembro sobre as «eleições», M. Caetano fala em «opções fundamentais» que seriam propostas ao povo português através do acto «eleitoral».

Deve dizer-se, em primeiro lugar, que falar de «opções fundamentais» através de «eleições» que não passam dum burla «eleitoral» com um recenseamento falsificado, com a Oposição há longos anos perseguida e amordaçada pela censura, com todo o «mecanismo eleitoral» fascista há muitos anos montado para «ganhar» de qualquer maneira, com os meios de informação de massas controlados pelo governo e ao seu serviço exclusivo, com a Pide, os Tribunais Plenários e as cadeias políticas projectando a sombra da sua sinistra presença sobre toda a vida política nacional, nestas condições, falar de «opções fundamentais» é fazer paródia da verdadeira possibilidade de opção. É traçar dos mais elementares princípios democráticos e confirmar que por detrás da tal fraseologia se esconde o propósito do governo de fazer «plebiscitar» a política fascista através da burla «eleitoral» que prepara.

Em segundo lugar, quanto às «opções» em si mesmas, deve dizer-se que se ao governo interessasse ouvir a opinião do povo português sobre a guerra colonial (primeira «opção»), bastar-lhe ia deixar de ouvir apenas a opinião dos monopólios coloniais e dos interesses imperialistas estrangeiros e deixar de perseguir e encarcerar todos quantos são pelo fim de guerra colonial, pela negociação com os movimentos de libertação e pelo regresso dos soldados.

Quanto à segunda «opção» e escolha entre a continuação do regime fascista, a que chama de «ordem pública e paz social», e um regime verdadeiramente democrático pelo qual luta a Oposição democrática, — a que M. Caetano chama de «turbulência revolucionária» geradora de «violência» «despolimento», «miséria e fome», — sabe o povo português que se preferisse todos esses malefícios que «sua excelência» enunciou, não preferiria de dar um passo, pois tem tudo isso com o actual regime há longos 40 anos. Ao despolimento, violência, miséria e fome, é preciso acrescentar ainda a guerra e o crime para que o retrato actual do fascismo fique mais completo...

É isto que sabem os democratas e todo o povo português e por isso a sua opção não oferecerá dúvidas se pudessem votar livremente.

UNIDADE! UMA EXIGÊNCIA DAS MASSAS DEMOCRÁTICAS

(continuação da 1.ª pág.)
serão alcançados sucessos na luta por objectivos concretos imediatos e o movimento da Oposi-

ção democrática ganhará decisivamente o direito a continuar como força organizada para além do período « eleitoral ».

dos órgãos da repressão, a voz da Oposição, impedindo a denúncia pública da burla « eleitoral » e a divulgação das falsificações e arbitrariedades cometidas.

do movimento eleitoral dos democratas, o que significa, ausência de qualquer repressão contra os organismos eleitorais de direcção e de base e os seus componentes e a autorização de aberturas de sedes e postos;

As alterações à « lei eleitoral »

são uma conquista da Oposição democrática

Como se diz na Resolução do CC de Agosto último, « os factos mostram que o governo de M. Caetano procura agora inserir a burla « eleitoral » na sua demagogia « liberalizante ». São de esperar neste período algumas medidas « espectaculares » tendentes a acentuar essa demagogia e a desarmar a luta popular e democrática por um acto « eleitoral » com um mínimo de seriedade ».

As alterações à « lei eleitoral » de 7-9-69, inserem-se nesta previsão do Comité Central do Partido Comunista quando concluiu ser a continuação da demagogia « liberalizante » a evolução mais provável da política fascista. A « Comunicação » de Marcelo Caetano ao país acerca do próximo acto « eleitoral », feita perante as câmaras da TV no dia 11 de Setembro comprova a referida previsão do CC. Pois não afirmou a M. Caetano o seu desejo de « que o sufrágio seja livremente expresso em termos de não deixar dúvidas a ninguém »? Embora tenha terminado, referindo-se à campanha « eleitoral », com esta espécie de indicação aos « seus »: « Não consentamos que nos perturbem os clamores irresponsáveis e as palavras vãs ».

As alterações à « lei eleitoral » resultam das exigências da continuação da demagogia « liberalizante » face à pressão cada vez maior do movimento democrático e popular. Resultam das constantes e persistentes reclamações da Oposição democrática, ao longo de dezenas de anos, contra o que se tornou tradicional chamar a « burla eleitoral fascista ».

O reconhecimento oficial da

Que se abram as portas DAS CADEIAS!

(continuação da 1.ª pág.)

Ursula Pulquério.

O actual período « eleitoral » abre extraordinárias possibilidades para uma ampla mobilização de energias e vontades, para largas iniciativas de massas que forcem o governo a abrir as portas das cadeias permitindo que voltem aos seus lares todos os presos políticos encarcerados; que forcem o governo a abrir as portas da pátria aos que dela foram obrigados a emigrar em virtude das suas convicções políticas; para que cessem todas as perseguições por motivos políticos; para que seja decretada uma ampla e completa Amnistia.

Nas reuniões « eleitorais », nas sessões públicas, nos comícios, exijamos o fim da repressão fascista, a dissolução da PIDE e a libertação de todos os presos políticos. Em mocções, através de abaixo assinados, telefonemas, cartas, postais e telegramas, por meio de discursos, cartazes, targetas e inscrições, por todas as formas, enfim, exijamos:

QUE SE ABRAM AS PORTAS DAS PRISÕES POLÍTICAS!

QUE CESSEM AS PRISÕES E PERSEGUIÇÕES POR MOTIVOS POLÍTICOS!

REGRESSO DE TODOS OS EXILADOS POLÍTICOS!

DISSOLUÇÃO DA PIDE, DOS TRIBUNAIS PLENÁRIOS E EXTINÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA!

AMNISTIA! AMNISTIA! AMNISTIA!

existência da organização eleitoral da Oposição democrática, através das Comissões Eleitorais e a autorização para a sua formação e actuação a partir do período pré « eleitoral » para a escolha dos candidatos e organização das listas de candidaturas, representa uma importante conquista. O governo não fez mais que reconhecer a existência duma situação de facto, uma vez vencendo limitações e intimidações de toda a ordem, uma rede de comissões democráticas cobria já o país quando o governo legalizou a sua existência. Isto confirma a justiça do que o PCP tem afirmado quando diz que o governo nada cede de mão beijada e que só a pressão do movimento de massas o obriga a ceder.

Esta conquista do movimento democrático deve ser consolidada e ampliada com a luta para que todas as estruturas orgânicas da Oposição democrática se mantenham para além do acto « eleitoral », com o nome de Comissões Democráticas ou qualquer outro.

O reconhecimento do direito de fiscalização do acto « eleitoral » por parte da Oposição, em todos os níveis, desde as assembleias e secções de voto até ao apuramento final, corresponde também a uma conquista da Oposição democrática pela qual esta vem lutando há longos anos. Os democratas não devem, porém, adormecer à sombra desta conquista formal. Independentemente da decisão que vier a ser adoptada quanto à ida às urnas, devem organizar activamente a fiscalização das « eleições », preparando-se para lutar contra as habituais « chapeladas » e demais arbitrariedades e falsificações dos caciques e dirigentes fascistas locais que ao longo dos anos têm sido, com a colaboração das autoridades, os « artifices » de todas as burlas « eleitorais » fascistas e que certamente procurarão sê-lo mais uma vez.

O propósito do governo de limitar ao período « eleitoral » a existência legal das Comissões Eleitorais Democráticas confirma o carácter demagógico dessa concessão que visa dar uma aparência legal à burla « eleitoral » fascista que se prepara.

Na verdade, não pode esquecer-se que todo o processo do recenseamento que vai servir de base às « eleições » foi organizado e controlado exclusivamente por funcionários nomeados pelo governo para garantir de antemão a « vitória eleitoral » dos candidatos fascistas. Por outro lado, o governo continua a manter ferreamente nas suas mãos o controle da imprensa, TV, Rádio e outros meios de informação de massas que utiliza completa e exclusivamente em todos os tons para a sua própria propaganda. Prepara-se, assim, para, após a burla « eleitoral » dissolver as Comissões Eleitorais Democráticas e abafar, através da censura e

Como sempre acontece, também neste caso o governo fascista procura tirar com a mão direita o que foi obrigado a dar com a esquerda. As alterações à « lei Eleitoral » não só agravam as dificuldades para a apresentação de candidaturas, passando de 20 para 50 o número de eleitores necessários para as subcreverem como, ao estabelecer por decreto o regulamento para o funcionamento das Comissões Eleitorais, procurou colocá-las sob o controle dos governadores civis que podem arbitrariamente dissolvê-las quando assim o entenderem. Basta que para isso, no seu entender, elas « se afastem do objectivo de propaganda das candidaturas ou recusem a colaboração que lhes for solicitada » (parágrafo 2.º do art.º 25).

Tudo isto comprova a justiça e actualidade da resolução do CC sobre as « eleições » fascistas quando diz que deve exigir-se, designadamente:

1.º Liberdade de organização

As massas democráticas exigem uma política unitária em que tenham voz activa

Com a instauração da demagogia « liberalizante » de M. Caetano e as ilusões e que deu origem em certos sectores democráticos tenentes ao oportunismo, o movimento da Oposição viu-se perfeitamente desenvolvido numa estranha concepção de democracia por parte dos dirigentes socialistas de direita da Acção Socialista Portuguesa (ASP), a qual se acentuou com a aproximação do período « eleitoral ». Ele consiste, como ensinam o CC do PCP na sua reunião de Agosto último, « em contrariar sistematicamente o desenvolvimento do movimento popular das massas na batalha « eleitoral ». Ao mesmo tempo que propõem uma « Frente Democrática », procuram dificultar a sua efectivação, combatendo a realização de largas reuniões e assembleias eleitorais e a constituição de amplas comissões representativas, pretendendo substituí-las por pequenos grupos de individualidades políticas as quais caberia o direito de tudo decidir no movimento democrático ».

Chagou-se, assim, a uma situação espezacosa: Os socialistas de direita e os próprios membros do núcleo de « democráticos » e « anti totalitários », mantêm-se, na prática profundamente « alérgicos » às decisões democráticas e à discussão democrática dos seus pontos de vista e pretensões. Em largas assembleias representativas Não desaconhecendo que o fascismo proíbe a existência de partidos políticos e que persegue ferozmente o partido

da classe operária — o Partido Comunista — propõem e defendem a definição partidária dos membros das Comissões Democráticas Eleitorais. Como condição para pertencerem a estas Comissões, exigem, ainda, de acordo com o seu estreito conceito de democracia, o direito a uma representação paritária, face a todos os demais sectores políticos, isto é, o limitado sector socialista de direita (ASP) fazendo tabua reza do valor e representatividade dos demais sectores socialistas (que eles sabem existir), de liberais, de republicanos independentes, dos católicos progressivos, dos comunistas, etc., todas com existência real no movimento democrático português, arroga-se e pretende de exigir para a seu grupo metade dos lugares nas Comissões dirigentes. Esta exigência foi também formulada, como é do conhecimento público, para a sua eventual participação nas listas únicas dos candidatos da Oposição pelo Distrito de Lisboa.

Conscientes, porém, de insensatez de tais pretensões, fogem à sua discussão em assembleias representativas onde os delegados das massas democráticas, muito justamente, exigem uma política unitária sem discriminações e sem pretensões hegemónicas de quem quer que seja. As massas democráticas exigem processos democráticos abertos, exigem que as suas representativas tenham voz activa nas decisões importantes para o destino do movimento democrático, exigem uma política unitária verdadeiramente democrática.

O movimento da Oposição cerra fileiras em defesa da unidade e contra o divisionismo

Com excepção de LISBOA e do PORTO, onde os dirigentes da ASP quebraram a unidade da Oposição democrática para apresentar os seus próprios candidatos às « eleições », nos restantes distritos a Oposição apresenta-se unida à volta de candidaturas únicas e unitárias, representativas de todos os sectores democráticos.

Como é do domínio público, a ASP tomou a grave responsabilidade de dividir a Oposição em virtude das suas ambições hegemónicas não se casarem com as regras democráticas do trabalho unitário. Em LISBOA abandonaram a Comissão Democrática Eleitoral (CDE) para formarem a sua própria organização a que chamaram « Comissão Eleitoral de Unidade Democrática » (CEUD) e, em nome desta, fizeram arrastar negociações com a CDE com o único objectivo de ganharem tempo e prestígio através de tais negociações, cada que sabiam de antemão não ser aceitável a sua pretensão à paridade na lista única de candidatos a negociar. No PORTO, já haviam, bastante tempo antes, quebrado as negociações com a Comissão democrática desse distrito, alegando que havia sido superiormente tomada a decisão de « seguirem o seu próprio caminho no terreno « eleitoral ».

No momento em que escrevemos é quase certa a apresentação de candidaturas unitárias únicas da Oposição democrática na grande maioria dos distritos. Mesmo nos distritos de LISBOA e PORTO onde a atitude dos cisionistas causou momentaneamente grave prejuízo e desorientação em certos sectores, a situação esclarecer-se-á certamente e todos os verdadeiros democratas voltarão a unir-se no movimento verdadeiramente unitário, representado pelas COMISSÕES DEMOCRÁTICAS ELEITORAIS dos respectivos distritos. Frente ao regime fascista, o sentimento unitário das massas e a causa da liberdade e da Democracia exigem a unidade de toda a Oposição democrática.

O P.C.P. não esquece um só momento que o inimigo comum é o fascismo que todos combatemos. Porém, os interesses da luta democrática e antifascista exigem a continuação do combate ideológico às tendências negativas no movimento democrático, entre as quais as tendências hegemónicas, cisionistas e divisionistas são neste momento as mais perniciosas. Combatê-las e procurar isolá-las politicamente os seus defensores é uma condição para o fortalecimento da Oposição democrática durante a actual campanha « eleitoral » e para além dela.

Paralisação de 7 horas

Na Fábrica de Eduardo Pereira Pinto e Filhos, na Fontainha, todos os operários da secção de carpintaria (cerca de 100), realizaram uma paralisação de trabalho das 8 às 15 horas, para apoiar a sua reivindicação de aumento de salários. Os operários desta empresa andavam há cerca de um ano reclamando aumento, pois os salários são muito baixos (à volta de 50\$00 diários). A paralisação realizou-se depois de uma comissão de 9 operários da secção de carpintaria ter recebido resposta negativa do patrão. Alarmado com a acção dos operários, este mandou chamar a PIDE, que andou a fazer interrogatórios pela fábrica.

Nas semanas seguintes houve aumentos de 5\$00 diários, começando pela secção que paralisou. Entretanto, o aumento é considerado por todos insignificante, e o descontentamento continua.

Boicote à cantina

Na Celulose Billerud (Leirosa) os 450 operários e empregados fizeram boicote à cantina durante 3 dias, recusando-se, na sua quase totalidade, a tomar as refeições por ela fornecidas. Esta acção começou no dia em que foi distribuída ao pessoal uma circular da Administração elevando os preços de cada refeição de 4\$00 para 6, 8 e 12\$00, consoante os ordenados. No terceiro dia de «greve à cantina», os trabalhadores conseguiram uma vitória completa. O preço de cada refeição passou a ser de 6\$00 para todos, os trabalhadores passaram a ter direito, gratuitamente, aos suplementos, e as refeições tomadas em regime de horas extras também passaram a ser gratuitas. Este êxito anima-os a novas lutas e novas vitórias.

Conquistar o direito de reunião!

Além da sua activa participação em todas as iniciativas da Oposição, os trabalhadores devem realizar reuniões para discussão dos seus problemas específicos e apuramento das reivindicações de classe.

O período «eleitoral» é particularmente favorável para a realização de amplas reuniões e assembleias de trabalhadores, nas quais devem ser elaborados cadernos com as suas reivindicações fundamentais quer por ramo profissional, quer no terreno sindical, ganhando para elas o apoio do movimento democrático e pressionando o governo, o patronato e os Sindicatos Nacionais.

Essas reuniões e assembleias, a realizar por todo o lado incluindo nos locais de trabalho, empresas e sindicatos, servirão, não só para estudar e elaborar as reivindicações, mas também para discutir experiências e processos de luta, formas de organização, etc. Tais reuniões facilitarão e darão maior impulso ao reforçamento, alargamento e criação de novas comissões de unidade por empresa, locais e regionais, e de comissões democráticas eleitorais por profissão. A conquista do direito de reunião pelos trabalhadores, a par do alargamento e fortalecimento da sua organização, é a forma prática de reforçar a acção de vanguarda da classe operária na luta geral de todo o povo pelo derrubamento da ditadura fascista.

CONTRATOS COLECTIVOS NAS COSTAS DOS TRABALHADORES

Numerosos exemplos de Contratos Colectivos que nos últimos tempos têm estado a ser assinados sem que as classes sejam ouvidas e até sem o seu conhecimento, como é o caso do novo CCT do pessoal da CP, do pessoal da Carris de Lisboa e dos empregados de Cafés e Restaurantes do Sul, devem servir de aviso aos trabalhadores. Só a participação activa das massas trabalhadoras na discussão dos Acordos de Trabalho, a vigilância da actuação das direcções sindicais, a generalização do hábito de realizar Assembleias Gerais nos Sindicatos Nacionais para o sancionamento dos Contratos pelas massas trabalhadoras, podem defender estas dos Contratos-burlas que não correspondem aos seus interesses e

reivindicações.

Um bom exemplo desta activa vigilância colectiva está a ser dado pelos bancários do Porto, que em fins de Julho convocaram uma Assembleia Geral Extraordinária, com a presença de mais de 500 associados, para exigir à direcção do Sindicato explicações sobre as negociações do Contrato e maior e mais constante informação à classe sobre este problema e outros do seu interesse.

O PESSOAL DOS CTT EM LUTA

No decorrer dos meses de Julho e Agosto últimos, centenas de empregados dos Correios, Telégrafos e Telefonemas (CTT), seguindo o exemplo recente dos

Setubalense

Na empresa de camionagem Setubalense, no mês de Junho, um grupo de trabalhadores dirigiu-se aos escritórios pedindo aumento de salário. Foi-lhes dito que fizessem o pedido por escrito, o que fizeram, tendo recolhido para a exposição mais de 300 assinaturas de empregados, só de Setúbal.

Barcos da Trafaria

O pessoal dos barcos da carreira Trafaria-Belém reclamou o pagamento das horas extraordinárias como manda o contrato. A empresa não deu resposta e os trabalhadores dirigiram-se ao Sindicato, pressionando-o a agir. Obtiveram o que exigiam.

Contra o custo de vida

Apontamos dois bons exemplos de protestos em massa contra a subida do custo de vida, que devem ser seguidos:

— Contra os aumentos das tarifas (2 em poucos meses) nas carreiras fluviais da CP entre Lisboa e Barreiro, uma comissão entregou um documento de protesto com 1.542 assinaturas no Ministério das Comunicações.

— A população de Queluz protestou num abaixo-assinado contra o aumento de tarifas da CP. A este protesto associou-se toda a população da linha de Sintra.

Organizemos a resistência das massas populares contra a subida do custo de vida!

O NOVO REGIME DE CONTRATAÇÃO COLECTIVA PREDOMÍNIO DA IMPOSIÇÃO PATRONAL

Um novo decreto-lei do governo caetanista, desta vez sobre o regime de contratação colectiva, vem limitar ainda mais os direitos dos trabalhadores sob uma falsa aparência de «liberalização».

É claro que, como todas as medidas demagógicas de Caetano, também este novo decreto reflecte alguns pequenos recuos, a que ele tem sido obrigado pela pressão das massas, particularmente pelas grandes lutas reivindicativas dos trabalhadores. Conta-se neste caso a cláusula sobre «o estabelecimento dum certo prazo dentro do qual a negociação deverá decorrer (prazo que em regra não deverá ultrapassar os seis meses sobre o momento em que é recebida a resposta à proposta de negociação)». Se os trabalhadores souberem exigir o cumprimento desta norma, poderão evitar que o patronato arraste indefinidamente as negociações, como tem vindo a acontecer em numerosíssimos casos — têxteis do algodão e da lã, conserveiros, ferroviários, trabalha-

dores da Carris, enfermeiros etc.

Mas se os trabalhadores não agirem com energia sobre a direcção do Sindicato, o patronato poderá ir adiando a tal «resposta à proposta de negociação», que é o factor essencial, pois só a partir dessa resposta patronal é que os trabalhadores podem exigir seis meses depois a assinatura do contrato.

Este novo decreto reforça o controle governamental sobre a discussão dos contratos colectivos de trabalho e a sua resolução final. Tanto a «obrigatoriedade de tentativa de conciliação quando a negociação não conduza a um acordo», como o «recurso à arbitragem», no caso de a tentativa de conciliação não ter dado resultado, são duas cláusulas que impedem a decisão patronal e do governo sobre os interesses e a vontade dos trabalhadores.

Em qualquer dos casos, «os árbitros» serão na maioria ou na totalidade a favor do patronato, contra os trabalhadores: a co-

missão de arbitragem será formada por três elementos, um pelo governo, um pelo patronato e pelo sindicato. Mesmo que o elemento designado pelo sindicato esteja a favor dos trabalhadores, ficará sempre em minoria.

Esta nova lei tem, pois, um objectivo nítido: — tentar retirar da massa trabalhadora o direito de discutir os contratos colectivos em amplas assembleias nos sindicatos; apoiar os interesses patronais e colocar o governo como «árbitro» na decisão final.

Torna-se agora mais importante do que nunca a eleição de direcções honestas para os sindicatos, o enquadramento e a pressão das massas trabalhadoras sobre as direcções sindicais. É indispensável que a nova lei seja atacada e a política sindical fascista desmascarada pelos trabalhadores. Que se realizem concentrações e amplas assembleias sindicais para todas as fases da discussão dos contratos colectivos, até à assinatura final.

carteiros de Lisboa, iniciaram a luta pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

Através de exposições individuais enviadas em massa ao Correio Mor, forçaram já a atenção da Administração que prometeu resolver alguns dos problemas alvos das reclamações.

Dada a diversidade da classe e das situações, as reivindicações são as mais variadas, tocando, em geral, aumento de vencimentos, aumento de abonos por serviço extraordinário e nocturno, abono de família, diuturnidades, horários de trabalho, subsídio de renda de casa, previdência e assistência, etc.

Esta luta que interessa a milhares de operários e empregados dos CTT de todo o país (carteiros, mecânicos, bofetineiros, telefonistas, operadores, tráfego e empregados de todas as categorias), para alcançar êxito deve tomar formas mais organizadas e colectivas. Abaixo assinados colectivos, pequenas paralisações por secções e serviços, concentrações, etc., são formas de luta a que o pessoal dos CTT deve recorrer para forçar o governo a atender as suas reivindicações. Também é essencial a formação de comissões para dirigir a luta.

Pessoal dos CTT! O momento político é particularmente favorável para a unificação e intensificação da vossa luta! Obrigai o governo a cumprir as suas promessas demagógicas!

MORREU A CAMARADA JOAQUINA GIL ALVES

Joaquina Gil Alves, militante comunista na clandestinidade há cerca de 13 anos, faleceu recentemente, junto da família, vítima de uma grave doença.

Forçada a abandonar a actividade clandestina, onde sempre cumpriu corajosa e abnegadamente as suas tarefas revolucionárias, numa derradeira tentativa para se tratar, o seu supremo desejo era poder regressar rapidamente ao seu posto de combate.

O seu nome e o seu exemplo de revolucionária perdurarão para sempre no coração dos comunistas e de todos os trabalhadores portugueses.

AO LADO DOS ESTUDANTES DE COIMBRA POR UMA «UNIVERSIDADE NOVA» EM PORTUGAL

Em pleno período de férias e violando da forma mais grosseira os direitos fundamentais dos estudantes, os comunicados do ministro da Educação lançaram novas investidas contra o Movimento Associativo, contra as justas reivindicações porque se vêem batendo corajosamente as massas estudantis.

Procurando paralisar as grandes lutas de Coimbra, um comunicado ministerial publicado em 8 de Agosto suspende temporariamente as actividades da Associação Académica, destitui os seus corpos gerentes e nomeia uma comissão de inquérito à situação financeira da Associação. Dias antes outro comunicado havia anun-

ciado medidas semelhantes contra a Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina e os seus dirigentes.

Da suspensão temporária das actividades das Associações de Estudantes à imposição de Comissões Administrativas vai apenas um passo que os governantes fascistas se preparam para dar quando lhes aprouver.

A arbitrariedade de tais medidas revela nitidamente os propósitos que o governo de M. Caetano nunca deixou de acalentar sob a sua capa «liberalizante»: a ilegalização do Movimento Associativo, sector aguerido da luta antifascista, na tentativa de entrar

e melhor reprimir as lutas estudantis. Só a acção firme e unida dos estudantes, apoiados pelas forças democráticas e pelo povo português em geral poderá impedir que esta grave ameaça se concretize.

Os estudantes de Coimbra dispõem duma preciosa experiência de luta que saberão utilizar. Nas importantes acções pela realização de eleições ao longo de 3 anos consecutivos e, ultimamente, nas grandes lutas de Abril-Julho, o for alicimento da sua unidade na base da mobilização das massas estudantis e da sua estreita ligação aos dirigentes, esteve sempre na origem das suas vitórias e forçaram a repressão fascista a recuar. Também agora, cada vez mais decididamente unidos e combativos ante as novas medidas repressivas que atingem gravemente o seu movimento, os estudantes saberão encontrar as formas simultaneamente firmes e maleáveis que se impõem, discutindo democraticamente em amplas reuniões e assembleias o caminho a seguir e as acções a desenvolver para defender intransigentemente a sua Associação e os seus dirigentes; lutar pelas suas reivindicações imediatas e avançar ao lado de todas as forças democráticas e patrióticas, na luta por uma verdadeira reforma do ensino e uma «Universidade Nova» em Portugal.

A Declaração do Movimento Democrático Eleitoral sobre a Crise Universitária e a Luta Estudantil, aprovada em 3 de Agosto, num encontro nacional de democratas, em Leiria denunciando a política obscurantista do governo fascista, aprovando as reivindicações estudantis e exigindo «um amplo e livre debate nacional em que se prepare uma reforma democrática do ensino que enquadre uma reforma democrática da Universidade» abre largas perspectivas de união e cooperação de esforços dos mais largos sectores antifascistas na luta por estes objectivos comuns.

Apoiemos os estudantes de Coimbra nas suas reivindicações imediatas:

- Anulação das recentes medidas arbitrárias que põem em perigo a legalidade do Movimento Associativo;
- Concessão de época especial de exames;
- Que não haja castigos por acontecimentos posteriores a 16 de Abril.

A luta dos estudantes de Coimbra conquistou a simpatia dos trabalhadores que têm feito chegar mensagens de apoio à Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra e cartas e telegramas de protesto a M. Caetano. Estas acções solidárias devem prosseguir e multiplicar-se de norte a sul do País.

O «PROGRAMA» DE M. CAETANO

Nos discursos que pronunciou no Porto, no passado dia 21 de Maio, M. Caetano, embrulhando a sua vaidade num manto de modestia, gritou que tinha um programa muito simples: «servir os interesses profundos da Nação. A Nação tomada por todos os portugueses residentes dentro ou fora do seu território». E acrescentou:

«Continuo a pensar que só é saudável a sociedade onde os indivíduos admittam restringir os seus interesses na medida em que o exija o interesse da colectividade».

Duas tiradas de belo efeito, não resta dúvida.

Vejamos, porém, como marcham os interesses dalguns daqueles que M. Caetano serve com tanto zelo e que, demagógicamente, pretendem que sejam confundidos com «os interesses profundos da Nação» tomada por todos os portugueses, já que são bem conhecidas as grandes dificuldades de toda a espécie com que se debatem as massas trabalhadoras, o povo português em geral:

— Banco Português do Atlântico, com um capital de 500 mil contos em 1968, teve de lucros líquidos 83.884 contos;

— Banco Pinto & Sotto Maior, 500 mil contos de capital e 68.673 contos de lucros líquidos;

— Banco Borges & Irmão, 250 mil contos de capital e 56.400 contos de lucros líquidos;

— Banco Comercial de Angola: 150 mil contos de capital e 27.886 contos de lucros líquidos;

— Banco de Angola: 275 mil contos de capital e 75.141 contos de lucros líquidos;

— Banco Nacional Ultramarino: 500 mil contos de capital e 100.897 contos de lucro líquido, a que chamam «distribuível», pois na realidade o lucro foi de 214.717 contos, isto é, cerca de 43% do capital (!!!), o que é um verdadeiro escândalo;

— Banco Espírito Santo: 640 mil contos de capital e 67.745 contos de lucros líquidos;

— Banco Fonseca & Burns: 331.440 contos de capital e 32.476 contos de lucros líquidos;

— Companhia Nacional de Navegação: capital 250 mil contos e 65.200 contos de lucros líquidos.

Estes são apenas os lucros confessados, pois na realidade eles são muito maiores. O poder económico dos bancos e doutros grandes empresas industriais aumenta sem cessar, quer pela ampliação das sedes, quer pela proliferação de agências e sucursais, entrando o capital nelas empregado na conta de despesas gerais que serão de novo amortizadas nos anos seguintes. Aumentam o valor das empresas desmedidamente e roubam o Estado fugindo aos impostos sobre o capital.

Assim, por exemplo, o Banco Nacional Ultramarino que confessa ter tido 214.717 contos de lucros líquidos, retirou para novas construções e provisões diversas 113.820 contos. Como uma taxa de mais de 20% ao capital ainda era escandalosa, vá de retirar dos restantes 100.897 contos mais umas dezenas de milhares de contos para reservas variadas. Deste modo se explica que os «imóveis de serviço próprio», segundo um accionista do banco, estejam registados no activo pelo valor simbólico de 100\$00, quando custaram ao banco a elevada quantia de 588.833 contos.

M. Caetano conhece isto muito bem, pois quando foi escolhido para chefe do governo era o presidente da assembleia geral deste Banco.

Se acrescentarmos que em regra os grandes capitalistas e seus familiares se sentam nos lugares dos Conselhos de Administração pelos quais recebem chorudas quantias, ficar-se-á com uma ideia muito clara dos «interesses profundos» que Marcelo Caetano serve realmente e da «saudável sociedade» de que fala no seu «programa».

Solidariedade AO POVO BRASILEIRO

Uma Junta Militar de tipo fascista constituída por 3 ministros de Costa e Silva tomou as rédeas do poder no Brasil.

Após cinco anos de ditadura militar instituída pelo golpe de Estado que derrubou o presidente João Goulart e suprimiu as liberdades democráticas do povo brasileiro, os militaristas ultra-reaccionários, num novo golpe de força, erigiram em lei a violência e o terror.

A política de regresso à normalidade democrática preconizada por Costa e Silva, não indo além de um arremedo democrático a ser executado por um governo militarista e ditatorial, assistiu mesmo assim as forças de extrema-direita a lidarem da linha dura até agora seguida. A alguns dias da anunciada reabertura do Parlamento e promulgação de nova Constituição, o golpe dos ultras interveio súbitamente impedindo a concretização de tais medidas que considera «perigosas».

A pena de morte, que foi decretada sem demora, assim como as penas de desterro, prisão perpétua e confiscação de bens para as chamadas «actividades subversivas», «guerra psicológica e guerra revolucionária», visam sobretudo sufocar a acção das forças democráticas e progressistas, na sua luta pela liberdade e independência do povo brasileiro.

Em 9 Estados do Brasil já foi proibida a realização das eleições municipais previstas para o dia 15 de Novembro. A Junta Militar prepara novas medidas de repressão violenta enquanto afirma que procura assegurar a «continuidade na ordem», que é aquela que melhor serve os interesses do imperialismo e da pior reacção nacional.

As forças democráticas e progressistas do nosso País, o povo português em geral, não podem deixar de exprimir publicamente o seu protesto ante este revoltante atentado ao direito à vida e à liberdade do povo brasileiro. O povo português e o povo brasileiro encontram-se irmanados numa luta comum contra as forças do imperialismo e da reacção, pela liberdade e a democracia. Impõe-se, pois, que o eco da nossa solidariedade activa chegue depressa ao povo irmão.

Junto da Embaixada do Brasil e por todas as formas ao nosso alcance, protestemos contra a Junta Militar e os seus decretos criminosos.

Acções solidárias para com o povo brasileiro!

Quantias recebidas

DOS AMIGOS DO PARTIDO

Anf-reclista	50\$00	idem	200\$00
Bandeira vermelha	500\$00	Um defensor de liberdade	
Por um Portugal Livre	200\$00	dade	1.200\$00
idem	200\$00	TOTAL	2.350\$00

SAUDAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS AO X CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA ROMENO

A saudação do Partido Comunista Português ao X Congresso do Partido Comunista Romeno, que se realizou na primeira semana de Agosto, foi lida na tribuna do Congresso pela camarada Sofia Ferreira, membro do Comité Central do Partido Comunista Português, que ali representou o nosso Partido. Depois de calorosas palavras de saudação ao X Congresso do Partido Comunista Romeno e, através dele, a todos os comunistas e trabalhadores da República Socialista Romena, a nossa camarada afirmou: Apesar de todas as limitações de informação, resultado da existência de 43 anos de ditadura fascista em Portugal, os comunistas e a classe operária do nosso país seguem com vivo interesse a actividade do vosso Partido, as realizações do povo romeno na construção do socialismo.

O sistema socialista, com a União Soviética à cabeça, é o grande bastião da classe operária de todos os países, das forças revolucionárias do mundo inteiro. Os vossos sucessos e vitórias representam uma valiosa contribuição à luta difícil que travamos hoje pela libertação da nossa Pátria da ditadura fascista, pela instauração de um regime democrático, pela conquista da verdadeira independência nacional para abrir caminho à revolução proletária e para a edificação no futuro de um Portugal Socialista.

Mais adiante, a camarada Sofia Ferreira expôs a actual situação em Portugal, as grandes acções de massas contra o fascismo acentuando que para o povo português, submetido há 43 anos a uma

ditadura fascista, a solidariedade internacional é da maior importância.

Permiti-me, disse a delegada do P.C.P., que por intermédio do vosso Congresso, manifestemos ao Partido Comunista Romeno e aos trabalhadores da Roménia os nossos sentimentos de sincero agradecimento pelas repetidas provas de solidariedade fraternal para com os comunistas e a classe operária de Portugal. As relações entre os nossos dois Partidos inspiradas pelos princípios do inter-

nacionalismo proletário e caracterizadas pelo respeito recíproco, sinceridade e lealdade, representam a melhor expressão da identidade de interesses da classe operária de Portugal e da Roménia Socialista, da amizade entre os povos da Roménia e de Portugal.

Estamos certos, queridos camaradas, que no quadro da coesão e unidade do movimento comunista internacional se irão manter e reforçar as ligações fraternais entre o Partido Comunista Romeno e o Partido Comunista Português.

Ho-Chi-Minh

(continuação da 1.ª pág.)

na Índia, Fundador do Partido Comunista Indochinês e da Liga para a Independência do Vietnam (Viet Minh) para a luta contra os colonialistas franceses e os invasores japoneses, conheceu as grelhetas das prisões, foi condenado à morte pelos tribunais franceses, escapou dez vezes à deportação e à guilhotina, animou o movimento revolucionário de todo o Extremo Oriente.

Em 2 de Setembro de 1945 proclamou a República Popular do Vietnam, mas a luta com a França só termina com os acordos de Genebra de 1954. A violação dos acordos de Genebra pelo imperialismo americano e, depois, os bombardeamentos a Hanói e Hai-phong, levam Ho-Chi-Minh a incitar o povo vietnamita a combater até à vitória. E o povo vietnamita combaterá até à vitória.

Auxiliado pela URSS e demais países socialistas e pelas forças

progressistas e da paz, o heróico povo vietnamita conseguirá, com a sua luta, realizar o projecto de Ho-Chi-Minh: — vencer os agressores americanos, libertar o Sul do país, construir com sucesso o socialismo no Norte, e finalmente, edificar um Vietnam pacífico, unido, independente, democrático e próspero.

O comunicado ao povo do Comité Central do Partido dos Trabalhadores do Vietnam, de Presidium da Assembleia Nacional, do Conselho do Governo e da Frente da Pátria do Vietnam, afirma: «o nome e o espírito do grande presidente Ho-Chi-Minh viverá para todo o sempre nos nossos corações. A sua causa revolucionária será prosseguida e concluída vitoriosamente». O povo do Vietnam saberá cumprir este nobre mandato. Da nossa parte, há que reforçar a solidariedade activa, até à vitória final do povo vietnamita.

CARLOS COSTA em liberdade

Depois de quase 8 anos seguidos de prisão, e com um total de 14 anos e 7 meses passados nos cárceres fascistas — pelo que era actualmente um dos presos políticos com maior número de anos de cadeia — Carlos Costa está, finalmente, em liberdade!

Saudamos calorosamente a libertação deste valoroso e firme combatente que pela causa do nosso povo passou mais de um terço da sua vida encarcerado, e apontamos esta libertação como exemplo e estímulo para o desenvolvimento da acção em defesa dos presos políticos. O actual momento político é favorável para a intensificação do movimento pela Amnistia, que deve ser reforçado pela luta por objectivos parciais, tais como as iniciativas pela revogação das medidas de segurança e pela libertação de presos com metade da pena já cumprida. Carlos Costa estava neste último caso e a sua libertação provou a possibilidade de libertar outros presos nas mesmas condições.

Cada preso arrancado do cárcere é uma vitória da luta pela Amnistia!

Rádio Portugal Livre

Transmite todos os dias das 8 às 8,30 em 19 metros; das 19 às 21 horas em 26 metros. A última emissão é transmitida das 0,20 às 0,50 em 26, 32 e 38 metros.

Aos domingos uma emissão especial dedicada aos camponeses vai para o ar das 15 às 15,30 em 19, 20, 25 e 26 metros.

A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

(continuação da 6.ª pág.)

nista. Não pode ser silenciado. O CC do PCP considera muito positivo que, na Conferência Internacional, a grande maioria dos partidos irmãos, tal como o PCP, tenha considerado necessário e oportuno condenar severamente a orientação e actividade do grupo dirigente de Mao-Tsé-Tung.

O PCP tem defendido e continua a defender que a unidade do movimento comunista exige, não apenas que se fortaleçam os laços daqueles que a desejam, como se combatam firmemente as actividades desagregadoras, cisionistas e divisionistas.

8. O CC do PCP considera que, tanto na preparação da Conferência como na própria Conferência, os métodos de trabalho adoptados constituem uma rica experiência para o futuro.

A participação nos trabalhos preparatórios de todos os partidos que o desejaram, a análise e a decisão colectiva de todos os problemas tanto de fundo como de processo, a redacção colectiva dos documentos, o carácter democrático dos debates e trabalhos em que todos os partidos intervieram num pé de igualdade, correspondem à situação e exigências actuais do movimento comunista. A esses métodos se deve em larga medida o êxito da própria Conferência.

Uma vez que tais métodos não façam esquecer diferenças efectivas de responsabilidade e de capacidade de decisão em tal ou tal problema, nem sejam compreendidos como processo de tentar sistematicamente fazer prevalecer uma opinião individual à opinião do colectivo ou como a exigência constante de unanimidade em todos os problemas em discussão e de um subsequente direito de veto, eles podem facilitar extraordinariamente a cooperação futura dos partidos comunistas e operários.

O CC do PCP pronuncia-se pelo largo aproveitamento futuro da experiência do trabalho colectivo e democrático realizado na Conferência.

9. A Conferência sublinhou a importância dos encontros bilaterais e multilaterais, assim como de novas Conferências internacionais a realizar em momento adequado, como forma de aproxi-

mar pontos de vista, trocar experiências, coordenar a acção e reforçar a unidade dos partidos comunistas e operários. Essas ideias coincidem com aquelas que o PCP ao longo dos anos tem defendido e merecem pois a sua aprovação.

Entretanto, o CC do PCP, examinando as formas actuais de informação recíproca e as dificuldades reveladas nos últimos anos para lançar e organizar iniciativas comuns, considera como uma debilidade do movimento comunista, na fase actual do seu desenvolvimento, a inexistência de organismos internacionais, que sem exercerem qualquer papel directivo e sem porém em causa a independência e soberania de cada partido, pudessem a título permanente assegurar uma mais rápida e eficiente troca de informações e experiências e um exame colectivo e mais operativo de iniciativas de carácter comum. Uma tal ideia, que esporadicamente tem aparecido nos últimos anos, merece no entender do CC do PCP, atento exame no movimento comunista na etapa actual do seu desenvolvimento com vista à elevação da sua unidade a um nível superior.

10. Ao mesmo tempo que considera como a sua mais importante tarefa internacional levar a bom termo a luta pelo derrubamento da ditadura fascista, pela democracia, a independência nacional, a paz e o socialismo em Portugal, o PCP é activamente solidário para com a URSS e os outros países socialistas, a classe operária de todos os países, os povos em luta pela sua libertação, em particular os povos submetidos ao jugo colonial português.

O PCP aprecia altamente a solidariedade recebida pelo Partido, a classe operária e o nosso povo, da parte da URSS e países socialistas, do movimento comunista e operário internacional e do movimento nacional libertador, considerando-a uma importante ajuda à luta do povo português. O PCP participará na medida das suas forças e possibilidades em todas as iniciativas de interesse comum, continuará empregando os seus melhores esforços para estreitar as relações de amizade e cooperação com os partidos irmãos, na base do marxismo-leninismo, do internacionalismo proletário.

Agosto de 1969

- O Comité Central
do Partido Comunista Português

Resolução do C.C. do P.C.P.

A Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários

1. A delegação do Partido Comunista Português à Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários realizada em Moscovo de 5 a 17 de Julho apresentou ao Comité Central um relato circunstanciado dos trabalhos da Conferência. O Comité Central aprova a actuação na Conferência da delegação do Partido.

2. O próprio facto de a Conferência se ter realizada com a participação de 75 partidos testemunha que, nos últimos anos, foram dados importantes passos para a coesão e a unidade do movimento comunista internacional. Os resultados da Conferência confirmam essa evolução favorável.

O debate franco e fraternal; a elaboração colectiva e a aprovação do documento principal («As tarefas actuais da luta anti-imperialista e a unidade de acção dos Partidos Comunistas e Operários, de todas as forças anti-imperialistas»), assim como os documentos sobre a solidariedade para com o povo do Vietnam, o centenário do nascimento de Lênine e a defesa da paz; a determinação expressa por todas as delegações de fortalecer a cooperação dos partidos comunistas e operários; — representam novo e importante progresso no sentido da defesa e do reforço da unidade do movimento comunista.

A Conferência criou condições favoráveis para o fortalecimento ulterior dos laços de amizade, não só entre os partidos participantes, como também com partidos irmãos que por razões diversas nela não participaram.

A Conferência estabeleceu uma base séria para a acção dos partidos comunistas e operários na luta contra o imperialismo, assim como para a unidade de todas as forças anti-imperialistas.

O CC do PCP considera que estes resultados são muito positivos e que comprovam quanto era necessária e oportuna a realização da Conferência Internacional.

3. Os documentos aprovados pela Conferência resultaram duma análise e duma redacção colectiva. Correspondem à situação e às tarefas do movimento comunista na actualidade, tendo em conta a variedade de condições em que lutam os partidos comunistas, a variedade das suas experiências, a diferença das suas tarefas imediatas, e ainda a diferença dos pontos de vista sobre tal ou tal problema. Constituem uma importante contribuição para a coesão, no terreno ideológico e na acção prática, do movimento comunista e para a justa orientação de cada um dos seus destacamentos.

Entre os objectivos principais da luta anti-imperialista, a Conferência indicou a luta contra as ditaduras fascistas e contra o colonialismo e o apoio concreto aos povos submetidos àqueles e a este, designadamente aos povos de Portugal, Angola, Guiné — Bissau e Moçambique. No documento principal da Conferência, é desmascarada a manobra «liberalizante» do governo fascista de Marcelo Caetano. Portugal é indicado entre os países em que o movimento popular está em ascenso. A situação política e a luta da classe operária e do povo de Portugal encontraram assim justa expressão nas conclusões da Conferência Internacional.

O CC do PCP assegurará a edição em língua portuguesa dos documentos principais da Conferência e a sua difusão tão pronto quanto possível, chamando a atenção dos militantes, dos trabalhadores e dos democratas para a importância destes documentos.

4. O CC do PCP considera que a Conferência representou uma grande vitória dos princípios do internacionalismo proletário, base fundamental das relações dos partidos comunistas e operários.

A Conferência mostrou que só na base do internacionalismo proletário se podem fortalecer a cooperação e a unidade do movimento comunista. Tendências nacionalistas, posições de estreiteza nacional, de isolamento e de separatismo, a afirmação de pretensas incompatibilidades entre os interesses do movimento operário num país e os interesses do movimento à escala internacional, e entre a independência e os deveres internacionalistas de cada partido, prejudicam gravemente a coesão entre os vários destacamentos do movimento comunista e a sua luta comum contra o imperialismo.

Conhecendo-se a intensa acção ideológica do imperialismo, a que se junta a pressão política da social-democracia e de outras correntes burguesas e pequeno-burguesas para influenciar cada destacamento comunista no sentido do seu isolamento e da sua separação do movimento internacional, o CC do PCP considera um aspecto muito positivo da Conferência o reconhecimento unânime da necessidade da coesão e unidade na base do internacionalismo proletário.

Conhecendo-se também a intensa acção e pressão das mesmas forças para semear o anti-sovietismo na classe operária e afastar os partidos comunistas da União Soviética o CC do PCP considera um importante aspecto da Conferência o reconhecimento unânime do papel da URSS e do PCUS no processo revolucionário mundial.

O sistema socialista, com a URSS à sua frente, é no mundo actual o maior baluarte das forças revolucionárias, uma força determinante na luta contra o imperialismo e nas transformações sociais da

época contemporânea. É em torno da URSS e do sistema socialista e na base da estreita cooperação dos partidos comunistas e operários com os países socialistas, que se pode e deve reforçar a unidade do movimento comunista na luta contra o imperialismo, pela democracia, a independência nacional, a paz, o socialismo e o comunismo.

5. O êxito e os resultados positivos da Conferência não significam que tenham sido superadas divergências que se manifestavam anteriormente. Deve confiar-se em que discussões ulteriores, os ensinamentos resultantes da acção comum, a experiência da própria vida, acabarão por conduzir à correcção de pontos de vista que se afastam do marxismo-leninismo e ao reforço da unidade ideológica do movimento comunista.

Em Setembro de 1968, ao analisar a situação na Checoslováquia, o CC do PCP manifestara a opinião de que, tanto os acontecimentos como numerosas apreciações sobre eles mostraram que, no movimento comunista internacional e particularmente em alguns dos seus destacamentos, a presença da luta contra o esquerdismo levava a abrandar a vigilância em relação às tendências oportunistas de direita. O CC do PCP considera que os trabalhos da Conferência comprovaram a justeza desta apreciação.

A coesão e a unidade do movimento comunista fortalecem-se na luta comum, nos acordos práticos para a acção, mas exigem também o trabalho ideológico colectivo, o prosseguimento da batalha contra o oportunismo e o revisionismo de esquerda e de direita, que não pode consistir em afirmações de ordem geral e formal, mas na discussão viva das questões ideológicas e da orientação do movimento comunista e dos seus destacamentos na sua prática revolucionária.

O reforço da unidade e de acção do movimento comunista é inseparável do reforço da sua unidade ideológica na base da crítica e da auto-crítica, na base do marxismo-leninismo, do internacionalismo proletário.

6. Nos trabalhos preparatórios da Conferência, o Partido Comunista da Checoslováquia tinha tornado claro que não aceitaria que na Conferência, fossem discutidos os acontecimentos de 1968. O PCP, como a grande maioria dos partidos irmãos, não abordou o problema na Conferência, porque se conformou com a vontade dos camaradas checoslovacos e também porque, a seu ver, dada a posição de alguns partidos, a discussão não seria uma contribuição positiva para a completa superação da crise política da Checoslováquia.

Depois de um ano em que os acontecimentos comprovaram quanto estavam em perigo as conquistas do socialismo na Checoslováquia antes da acção dos cinco países socialistas; — O CC do PCP considera que a posição desses partidos, que, em 1968 objectivamente estimulou as forças antisocialistas na Checoslováquia, de forma alguma facilita hoje o combate que o PC da Checoslováquia conduz contra as forças antisocialistas.

O CC do PCP manifesta ao CC do PC da Checoslováquia a sua confiança em que, na base das resoluções dos plenos de Novembro de 1968 e Abril e Maio do ano corrente, a crise política será totalmente vencida e a classe operária e o povo da Checoslováquia, ombro com ombro com o PCUS, o sistema socialista, o movimento comunista internacional, continuarão vitoriosamente a construção da sociedade socialista.

7. Dada a política seguida nos últimos anos pelos dirigentes chineses, a não participação na Conferência do PC da China era esperada e inevitável.

Pela sua orientação política e pela sua actividade, o grupo dirigente de Mao-Tsé-Tung rompeu com o marxismo-leninismo, com o internacionalismo proletário. Em consequência da chamada «revolução cultural», o Congresso do PC da China, realizado em Pequim em Abril passado, agrava ainda mais a orientação nacionalista e chauvinista e as pretensões hegemónicas dos dirigentes chineses. A luta contra a URSS e o sistema socialista e contra o movimento comunista internacional constitui uma direcção fundamental da sua actividade. Eles romperam de facto os laços de cooperação com os países socialistas, conduzem nestes uma intensa actividade de sapa, organizam em numerosos países grupos cisionistas cuja actividade se dirige contra os partidos comunistas respectivos, intrigam junto do movimento nacional-libertador para o afastar e separar da URSS, do sistema socialista, do movimento operário dos países capitalistas. As provocações armadas na fronteira soviética, a histeria antisoviética que se procura instilar no povo chinês, particularmente em volta da reivindicação à URSS de territórios com uma superfície que excede 16 vezes a superfície de Portugal, criam uma situação especialmente perigosa.

O problema da China é o problema maior do movimento comunista (continua na 5.ª pág.)